

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

O Ministério das Mulheres do governo Lula na construção de políticas públicas antirracistas – análise do ano de 2023

Sessão temática 01 – Questão social e questão étnico-racial

Paula Martins Sirelli, (Universidade Federal Fluminense - UFF/ Rio das Ostras) ¹
paulasirelli@id.uff.br

Gabrielle Gomes Ferreira, (Universidade Federal Fluminense - UFF/ Rio das Ostras)²
gabferreira@id.uff.br

Ana Carolina Dielle Silva Reginaldo, (Universidade Federal Fluminense - UFF/ Rio das Ostras)³
anadielle@id.uff.br

Dâmárys Paula da Silva Soares, (Universidade Federal Fluminense - UFF/ Rio das Ostras)⁴
damaryspaula@id.uff.br

Lethícia Victoria Santos de Souza, (Universidade Federal Fluminense - UFF/ Rio das Ostras)⁵
lv_souza@id.uff.br

RESUMO

O texto é fruto do Projeto de Pesquisa “Ministério das mulheres e o governo Lula” e traz análises das ações de 2023, voltadas para mulheres negras. Recorremos aos princípios teórico-metodológicos do materialismo histórico crítico dialético, buscando diálogos com a interseccionalidade. Apontamos a necessidade de construção de políticas públicas antirracistas, anticapitalistas e anti-patriarcais.

PALAVRAS-CHAVE: Ministério das Mulheres. Mulheres negras. Antirracismo. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

As reflexões aqui apresentadas são frutos do Projeto de Pesquisa “Ministério das mulheres e o governo Lula (2023 – 2026): (re)construção da agenda de igualdade de gênero no Brasil?” e traz análises das ações do primeiro ano deste Ministério, com o recorte nas ações voltadas para mulheres negras. Trata-se de uma pesquisa longitudinal e processual, analisando as ações do Ministério anualmente, de forma a entender as perspectivas teóricas e políticas que balizam as políticas públicas, bem como avaliar se têm sido construídas ações que combatam as desigualdades de gênero.

Entendemos o Ministério das Mulheres (MMulheres) como parte de uma realidade social histórica e concreta, logo, recorremos aos princípios teórico-metodológicos do materialismo histórico crítico dialético, buscando diálogo entre os campos do marxismo e da interseccionalidade.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Partimos de uma perspectiva de que existem múltiplas e simultâneas explorações, já que as marcas da exploração racial, sexual e de classe se interseccionam, se imbricam. Collins (2017) coloca a interseccionalidade como uma categoria não só analítica, mas também como prática política, um instrumento para a emancipação individual e coletiva.

Nosso objetivo aqui é identificar se durante o ano de 2023 o MMulheres construiu ações antirracistas e de promoção às mulheres negras, assim como perceber em que medida as ações elaboradas pelo Ministério, ou apoiadas por ele, questionam as estruturas de dominação e opressão sustentadas pelo modo de produção capitalista, racista e patriarcal e que reforçam a assimetria entre as mulheres.

Para desvelar as ações do MMulheres voltadas às mulheres negras, realizamos uma pesquisa documental em meio digital. Buscamos entender quais indicadores nos permitiram mensurar se as ações do MMulheres diminuíram as desigualdades de gênero ao longo dos 4 anos do governo Lula. Foram organizados 10 bancos de dados, que foram alimentados com imagens, notícias, *prints* e transcrições de áudios, retirados das comunicações oficiais do ministério, especificamente do Instagram, do Youtube e da página do Ministério das Mulheres no site do Governo Federal.

Para elaboração deste artigo elegemos o banco de dados “Mulheres negras/indígenas”, no entanto dando ênfase a postagens relacionadas a mulheres negras, entendendo que para o recorte do artigo não teríamos espaço hábil para adensar tais análises para os dois campos, a saber negras e indígenas. Nesse banco de dados, elegemos publicações que exploram a conexão entre o MMulheres e as lutas das mulheres negras, destacando as ações e programas que promovam a inserção e ampliação dos espaços que estas mulheres ocupam na sociedade (incluindo ações de outros Ministérios que tem o apoio do MMulheres); publicações que abordam o preconceito étnico-racial, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças em virtude de suas características físicas, culturais e religiosas.

RESULTADOS.

Em 2023, o cenário de conservadorismo e perseguição a categoria gênero sofre uma mudança com a eleição de um governo democrático, que defende pautas feministas, e que logo anuncia a criação de um Ministério das Mulheres (MMulheres), chefiado por Cida Gonçalves, uma militante dos direitos das mulheres, especialista em gênero e violência contra mulher.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

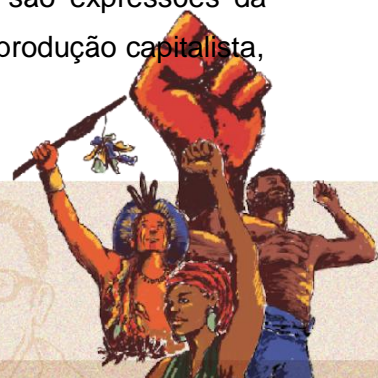
Ao trazer a categoria gênero para debate, o MMulheres tem atrelado ao debate de raça e classe social, podendo indicar que o atual Ministério percebe que não é possível responder às desigualdades de gênero sem entender que no Brasil, o racismo é estruturante das relações sociais. Isso pode ser observado na postagem de 03/10/2023 do Instagram do Ministério (Brasil, 2023), onde há uma imagem de uma mulher negra cozinhando, com um fundo lilás com os dizeres: “Raça, gênero e classe social – Racismo e sexismo refletem na distribuição de renda e, consequentemente, na segurança alimentar de famílias brasileiras.”

No Brasil temos enormes desafios para pensar as particularidades históricas, sobretudo por ser uma realidade colonizada que traz marcas de um apagamento histórico, social e cultural que marcou a formação sócio histórica do país. Ao analisar as particularidades do capitalismo no Brasil, Moura (1994) propõe uma abordagem dialética relacionada a questões centrais sobre a experiência histórica e social das negras e negros no Brasil, analisando as estruturas de poder, as formas de resistência e lutas de classe, desde a escravidão até a consolidação do sistema capitalista. O autor examina cuidadosamente a formação social brasileira e como o sistema escravista moldou profundamente a estrutura social e as relações raciais no país, compreendendo o racismo como base estruturante desta sociedade.

Gonzalez (1984) e Carneiro (2011) apontam em seus estudos aspectos da interseccionalidade, fundamentais para compreendermos as sobreposições de opressões a que historicamente as mulheres estão submetidas, ademais, se forem negras. As autoras contribuem fortemente para reflexões acerca das formas de opressão de classe, raça, gênero e sexualidade.

Na postagem de 03/10/2023 (Brasil, 2023a), a postagem cujo título é “A fome tem cor no Brasil” traz na imagem uma mulher negra passando café, com o texto: “Dados de desigualdades de gênero e raça nos sistemas alimentares brasileiros demonstram a urgência das políticas públicas transversais”. A descrição da imagem traz o dado de que “Mais de 66 milhões de brasileiros e brasileiras estão em situação de insegurança alimentar. Fatores como raça, gênero e classe social são marcadores que interferem nessa realidade. A fome é uma realidade na vida de 51,3% dos lares chefiados por mulheres negras.

A população negra, especificamente as mulheres negras, continuam sendo violentadas de diversas formas. A divisão sexual e racial do trabalho perpassa a exploração, a precarização, pauperização, o trabalho doméstico feminino e o trabalho reprodutivo que são expressões da questão social que decorrem diariamente na vida das mulheres. No modo de produção capitalista,



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

a divisão de tarefas, o trabalho doméstico, o cuidado é imposto às mulheres: o tempo que a mulher faz os afazeres domésticos, o tempo que a mulher fica com os filhos, entre outros múltiplos trabalhos que estruturalmente é colocado para a mulher, e que na maioria das vezes, se passa como um trabalho invisível e se aprofunda ainda mais com as dimensões de raça e classe (Passos, 2017).

Dentro de uma perspectiva de feminismo decolonial, Lélia Gonzalez (1984) já apontava para os efeitos do racismo e do sexismo, em que, por exemplo, as mulheres negras ocupavam e ocupam posições estruturais e estruturantes na sociedade brasileira, como doméstica e mãe preta, rejeitando aqui as noções eurocêntricas de fragilidade e doçura e afirmando as dimensões de exploração e dominação. E vai além, chegando na divisão racial do espaço e do caráter racista de repressão policial e violência psicológica.

Diante desses questionamentos e das questões postas ao longo das análises, entendemos que o patriarcado, o racismo e o capitalismo são componentes estruturais da questão social no Brasil, dão sustento na formação econômico-social brasileira pois determinam as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Na divisão social, sexual e racial do trabalho no Brasil, o patriarcado e o racismo são os elementos que estruturam a divisão, é uma conexão material que organizam homens e mulheres, mulheres negras e brancas em diferentes funções e remunerações, ao mesmo tempo que organizam negros e brancos em outras, uma repartição do trabalho completamente desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para analisar políticas públicas de igualdade de gênero é imprescindível pensarmos na transversalidade e interseccionalidade de classe e raça que atravessam e se inter-relacionam com gênero. As publicações de 2023 trazem debates essenciais para pensarmos essa inter-relação – trazendo o debate para a cena pública e demarcando desigualdades raciais que rebatem na vida das mulheres. As postagens vêm indicando um entendimento da necessidade de diálogo e de construção de uma “agenda antirracista em articulação com o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres” entre os Ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial. Mas observamos uma carência de propostas e ações que efetivamente combatam essas desigualdades e que efetivamente questionem as raízes dessas desigualdades.

As reflexões apresentadas aqui cobrem apenas o 1º ano do governo Lula, e análises mais profundas, com intervalo maior de tempo, precisam ser incorporadas. Mas é imprescindível levar



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

em conta que não há separação entre dominação patriarcal e opressão racista, onde se conformam relações desiguais entre os sexos, étnico-raciais e exploração capitalista. Apesar dos avanços na luta pela emancipação, a base material do racismo e do patriarcado, que é próprio capitalismo, precisa ser superada. Clóvis Moura (1984) nos ajuda a compreender a função do racismo no domínio de classes e do papel importante que cabe ao proletariado na luta contra ele. O domínio de classe e da luta de classes só podem corresponder realmente à realidade social do país, se as políticas públicas incorporarem a dimensão classista, étnico-racial, como também patriarcal.

REFERÊNCIAS.

BRASIL. A fome tem cor no Brasil. Brasília: DF, 3 out. 2023a. Instagram. @min.dasmulheres. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/Cx82r4xP6BI/?img_index=1>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Raça, gênero e classe social. Brasília: DF, 3 out. 2023. Instagram. @min.dasmulheres. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/Cx82r4xP6BI/?img_index=3>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo : Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade política emancipatória. **Parágrafo**. Jan/Jun. 2017. v 5, n 1. <Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>>. Acesso em: 03 de jun. 2024

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

MOURA, C. O Racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, 1984.

PASSOS, Rachel. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 38, p. 77-94, mai-ago, 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf.

